

Apesar da lei, 42% dos resíduos ainda vão para o lixão

Categories : [Notícias](#)

Há quase um ano, no dia 2 de agosto, entrou em vigor a lei que prevê o fim de lixões a céu aberto. Passado o prazo, em teoria, os municípios poderiam ser processados por não cumprir a exigência da lei que regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No mundo real, o Senado aprovou no começo do mês um [Projeto de Lei que prorroga para 2021 o fim dos lixões](#).

Os senadores ouviram os apelos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e consideraram os 4 anos que os municípios tiveram para se adequar a lei insuficientes, dada as desigualdades existentes entre os 5.570 municípios do país. O projeto agora está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

Nesta terça-feira (28), a [Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais](#) (Abrelpe) divulgou seu “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil - 2014”, a primeira pesquisa sobre o assunto desde o começo da vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A pesquisa levantou dados de 400 municípios de todo o país e mostra que a situação dos resíduos sólidos no país não mudou muito, apesar da vigência da lei.

Em 2014, foram gerados 78,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos no país e 29,6 milhões de toneladas (41%) deste total foram dispostos em lixões e aterros controlados, locais considerados inadequados.

Segundo a Abrelpe, 78 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a tratamento e destinação final adequada de resíduos, e mais de 20 milhões de pessoas sequer dispõem de serviços de coleta. O lixo simplesmente não é coletado.

Lentidão

Ainda de acordo com a entidade, os serviços de infraestrutura e coleta tem crescido muito lentamente frente ao aumento da demanda da própria população. Para se ter uma ideia, de 2003 a 2014, a geração de lixo aumentou 29%, índice cinco vezes maior que taxa de crescimento populacional do mesmo período, que foi de 6%.

Apesar do aumento, a quantidade de destinação final adequada praticamente não se alterou, passando de uma cobertura de 57,6%, em 2010, para 58,4%, em 2014. E, pior, os gastos das administrações municipais para custear os serviços de limpeza urbana pouco se alteraram em 4 anos: em 2010, o valor médio mensal era de R\$ 9,95 por habitante e, em 2014, subiu para R\$ 9,98, sem considerar a inflação, o que significa que em termos reais o gasto médio caiu. *(Para exemplificar, a inflação acumulada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2014, calculada pelo*

Índice de preços IGP-M, foi de 38%. Isso significa que R\$9,95 em 2010 deveriam se transformar em R\$13,73 ao fim de 2014, apenas para corrigir a perda de valor da moeda no período).

“É emergencial que as ações previstas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos sejam sustentadas pelos recursos necessários – humanos e financeiros – a fim de que possam ser efetivadas. O País e a sociedade estão sofrendo com essa carência e, a cada dia, pagarão um preço ainda mais alto por essa inércia”, afirmou Carlos Vieira da Silva Filho, diretor-presidente da ABRELPE.

Leia Também

[Quase 24 milhões de lixo são jogados em lugar errado](#)

[Apesar de fechado, Gramacho é uma história inacabada](#)

[O custo invisível do lixo](#)